



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 14, n. 1, Jan./Jun, 2022

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 18.08.2020. Revisado por pares em: 21.05.2021. Reformulado em: 28.06.2021. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2022v14n1ID22176

Desempenho dos maiores bancos brasileiros: um estudo sobre o impacto da crise subprime

Performance of the largest brazilian banks: a study on the impact of the subprime crisis

Desempeño de los mayores bancos brasileños: un estudio sobre el impacto de la crisis subprime

Autoras

Cristiana Maria Coeli

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Analista de Risco de Crédito na Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS. Endereço: Rua Sete de Setembro, 374. Nova Petrópolis/RS, Brasil. Telefone (54) 98407 8490. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7281-5143>

E-mail: cmcoeli@gmail.com

Vanessa Martins Pires

Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Endereço: Rua Coronel Francisco Borges de Lima, 3005. Bairro Bom Princípio. Santo Antônio da Patrulha/RS, Brasil. Telefone 51 3662 7800. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1220-2254>

Research Gate: <https://www.researchgate.net/profile/Vanessa-Pires-5>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8689985427148351>

E-mail: vmpires@furg.br

Resumo

Objetivo: Analisar o impacto da crise subprime no desempenho dos maiores bancos brasileiros, utilizando indicadores contábeis que permitem mensurar o comportamento dos índices de inadimplência, a evolução das despesas com Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), do volume de ativos totais e dos índices de rentabilidade.

Metodologia: Informações dos cinco maiores bancos estabelecidos no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander), no período entre 2008 e 2016, foram coletadas e analisadas. Os dados foram obtidos através de consultas no site do BCB e nos sites dos bancos. Os resultados obtidos foram sumarizados em gráficos e tabelas.

Resultados: O desempenho dos bancos foi afetado pelo aumento no volume de despesas com PDD no período, resultado de uma estratégia conservadora adotada pelas instituições. Identificou-se um aumento no volume de inadimplência, mas os bancos foram cautelosos mantendo níveis de PDD em volumes compatíveis ao crescimento das concessões de crédito. Todos os bancos apresentaram um crescimento no valor dos seus ativos totais. Em termos de rentabilidade, as instituições obtiveram desempenhos distintos. Destaca-se os valores expressivos de lucros auferidos pelos Bancos Bradesco e Itaú Unibanco no ano de 2015.

Contribuições do Estudo: A implantação de uma política monetária expansionista influenciou positivamente no desempenho dos bancos, principalmente nas instituições com controle estatal. A pesquisa evidencia que a crise subprime afetou o desempenho dos bancos, como consequência das ações conservadoras adotadas, a fim de proteger o Sistema Financeiro Nacional. A pesquisa contribui com a literatura, primeiramente, ao apresentar dados empíricos sobre os efeitos da crise subprime nas principais instituições bancárias brasileiras, e também por discutir os resultados à luz da teoria e da conjuntura econômica do período, permitindo diferentes interpretações sobre o impacto desse fenômeno.

Palavras-chave: Desempenho; Bancos; Crise subprime.

Abstract

Purpose: To analyze the impact of the subprime crisis on the performance of the largest Brazilian banks, using accounting indicators that allow measuring the behavior of default rates, the evolution of expenses with the Bad Debt Provision (BDP), the volume of total assets and the rates of profitability.

Methodology: Information from the five largest banks established in Brazil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco and Santander), in the period between 2008 and 2016, was collected and analyzed. Data were obtained through consultations on the BCB website and on the banks' websites. The results obtained were summarized in graphs and tables.

Results: The performance of banks was affected by the increase in the volume of BDP expenses in the period, as a result of a conservative strategy adopted by the institutions. An increase in the volume of defaults was identified, but banks were cautious keeping BDP levels at volumes compatible with the growth in credit concessions. All banks showed an increase in the value of their total assets. In terms of profitability, the institutions had different performances. The significant amounts of profits earned by Banco Bradesco and Itaú Unibanco in 2015 are noteworthy.

Contributions of the Study: The implementation of an expansionist monetary policy positively influenced the performance of banks, especially in institutions with state control. The research shows that the subprime crisis affected the performance of banks, as a consequence of the conservative actions adopted, in order to protect the National Financial System. The research contributes to the literature, firstly, by presenting empirical data on the effects of the subprime crisis on the main Brazilian banking institutions, and also by discussing the results in light of the theory and economic situation of the period, allowing different interpretations of the impact of this phenomenon.

Keywords: Performance; Banks; Subprime crisis.

Resumen

Objetivo: Analizar el impacto de la crisis subprime en el desempeño de los mayores bancos brasileños, utilizando indicadores contables que permitan medir el comportamiento de las tasas de morosidad, la evolución de los gastos con la Provisión para Riesgos Crediticios (PDD), el volumen de activos totales y las tasas de rentabilidad.

Metodología: Se recopiló y analizó información de los cinco mayores bancos establecidos en Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco y Santander), en el período comprendido entre 2008 y 2016. Los datos se obtuvieron mediante consultas en el sitio web del BCB y en los sitios web de los bancos. Los resultados obtenidos se resumieron en gráficos y tablas.

Resultados: El desempeño de los bancos se vio afectado por el incremento en el volumen de gastos de PDD en el período, como resultado de una estrategia conservadora adoptada por las instituciones. Se identificó un aumento en el volumen de incumplimientos, pero los bancos se mostraron cautelosos al mantener los niveles de PDD en volúmenes compatibles con el crecimiento de las concesiones crediticias. Todos los bancos mostraron un aumento en el valor de sus activos totales. En términos de rentabilidad, las instituciones tuvieron diferentes desempeños. Destacan las importantes ganancias obtenidas por Banco Bradesco e Itaú Unibanco en 2015.

Contribuciones del Estudio: La implementación de una política monetaria expansionista influyó positivamente en el desempeño de los bancos, especialmente en las instituciones con control estatal. La investigación muestra que la crisis subprime afectó el desempeño de los bancos, como consecuencia de las acciones conservadoras adoptadas, con el fin de proteger el Sistema Financiero Nacional. La investigación contribuye a la literatura, en primer lugar, presentando datos empíricos sobre los efectos de la crisis subprime en las principales instituciones bancarias brasileñas, y también discutiendo los resultados a la luz de la teoría y situación económica del período, permitiendo diferentes interpretaciones del impacto de este fenómeno.

Palabras clave: Performance; Bancos; Crisis subprime.

1 Introdução

A crise subprime originou-se nos Estados Unidos (EUA), no ano de 2007, em decorrência da concessão de créditos para aquisição de imóveis, a taxas de juros baixas e sem a devida análise da capacidade de pagamento dos tomadores. Os mutuários contratavam novos empréstimos com a finalidade de liquidar os anteriores, hipotecando o mesmo imóvel dado como garantia anteriormente, e essas operações de crédito eram concedidas sem comprovação de renda e/ou de patrimônio compatível para fins de garantia. Assim que os juros nos EUA voltaram a subir, os preços dos imóveis caíram significativamente. As garantias das hipotecas não eram suficientes para saldar as dívidas, o que originou a bolha imobiliária. Devido às suas consequências, a crise subprime é reconhecida como um dos marcos na história do mercado financeiro mundial (Borça Júnior & Torres Filho, 2008; Ruppelt, Missaggia, Dos Santos & Da Silveira, 2018).

Além dos prejuízos gerados para os Estados Unidos, a crise tomou proporções globais e os seus efeitos passaram a ameaçar a saúde financeira dos bancos em diversos países, causando desconfiância em relação à solvência dessas instituições. A economia norte americana entrou em recessão e em resposta, os bancos dos países afetados pela crise, passaram a ser mais cautelosos em relação às concessões de crédito, aumentando as taxas de juros e diminuindo a oferta, ocasionando escassez de crédito (Borça Júnior & Torres Filho, 2008).

A crise subprime teve início em julho de 2007 nos EUA. No Brasil, os efeitos da crise não foram significativos até o segundo trimestre do ano de 2008, devido à robustez do sistema financeiro do país e às medidas adotadas pelo governo brasileiro para suportar a turbulência econômica (Vizi, 2011). Silva (2010) descreve que a economia brasileira sofreu maior impacto no canal financeiro (investimentos) e comercial (relações comerciais entre os países), mas a presença de condições econômicas favoráveis permitiu que a economia fosse conduzida com o objetivo de apresentar uma rápida inflexão dos choques.

Contudo, após a falência do quinto maior banco de investimentos norte americano, o Lehman Brothers, os efeitos da crise passaram a ser percebidos de forma significativa no Brasil, iniciando uma desaceleração econômica no último trimestre de 2008, em decorrência da desvalorização cambial e da interrupção das correntes internacionais de comércio (Ferraz, 2013).

Para reduzir os reflexos da crise no Brasil, o governo reduziu a taxa básica de juros (SELIC), de 13,75% para 8,75% no ano de 2009, liberou bilhões de reais em depósitos compulsórios aos bancos, e estimulou o consumo das famílias, reduzindo o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da linha branca e automóveis (De Paula & Ferrari Filho, 2011).

Com o objetivo de promover estabilidade econômica e evitar que o país sentisse os efeitos mais nocivos da crise, o governo brasileiro estabeleceu uma política fiscal expansionista no período de 2009 a 2011, e no ano de 2012 fomentou o crédito nos bancos estatais a juros mais baixos, com a finalidade de incentivar o consumo das famílias (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2014).

Os bancos com controle estatal, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) exerceram um papel importante para que não ocorresse a interrupção da atividade de alguns setores econômicos (DIEESE, 2014; Ferraz, 2013). Contudo, a partir de 2013, intensificaram-se os efeitos da crise econômica no Brasil, aumentando significativamente os índices de inflação, desemprego e inadimplência.

Alguns pesquisadores estudaram o impacto da crise subprime no desempenho das empresas estabelecidas no Brasil e listadas na B3 (Costa, Ramos, Eufrásio, Estevão & Azevedo, 2010), atuantes no agronegócio (Hall, Beck & Toledo Filho, 2013), na construção civil (Lima, Oliveira & Rodrigues, 2017) e no ramo siderúrgico e metalúrgico (Oliveira, Hall, Viana & Silva, 2018), e identificaram que a crise teve impacto negativo no desempenho das empresas. Esses achados justificam o desenvolvimento de pesquisas que analisem o desempenho das empresas estabelecidas em outros segmentos, como o financeiro/bancário.

Teoricamente, a crise subprime impactou a confiança dos investidores nas instituições financeiras, o que reduziu o volume dos seus investimentos, diminuindo a oferta de crédito. Da mesma forma, a crise econômica teria impacto negativo na renda dos tomadores de crédito, o que aumentaria a inadimplência. Um efeito colateral da redução da oferta de crédito e do aumento da inadimplência seria a redução do resultado (lucro) dos bancos (Dulci, 2009). Contudo, ao considerar a intervenção estatal e diferentes instrumentos de política monetária adotados na economia brasileira, o cenário pode ter sido diferente. Nesse contexto, a questão de pesquisa a ser respondida é: **qual o impacto da crise subprime no desempenho dos cinco**

maiores bancos estabelecidos no Brasil? Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da crise subprime no desempenho dos cinco maiores bancos estabelecidos no Brasil, no período entre 2008 e 2016, considerando diversas informações/indicadores: a segmentação e o volume das linhas de crédito ofertadas, o comportamento da Provisão¹ para Devedores Duvidosos (PDD), a evolução do índice de inadimplência, dos ativos totais e dos índices de rentabilidade.

Esta pesquisa se justifica por contribuir no entendimento do comportamento adotado pelos maiores bancos estabelecidos no Brasil, em resposta à crise subprime, bem como por discutir o impacto das decisões governamentais e de política monetária no desempenho dessas instituições. A pesquisa contribui com a literatura ao apresentar dados empíricos sobre os efeitos da crise subprime no desempenho das principais instituições bancárias brasileiras, e ao discutir os resultados à luz da teoria e da conjuntura econômica do período, permitindo diferentes interpretações sobre o impacto desse fenômeno.

2 Revisão da Literatura

2.1 Os Bancos e o Desenvolvimento Econômico

O setor financeiro tem uma participação significativa no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil por sua expressiva representatividade no setor de serviços, pela quantidade de pessoas empregadas em suas instituições, pelos salários e impostos pagos, e além disso, por facilitar a consecução dos objetivos de outros setores da atividade econômica (Silva, 2014).

O crédito vem aumentando sua representatividade no PIB do país e as carteiras de crédito com recursos direcionados foram responsáveis pelos maiores aumentos. A Figura 1 demonstra também que no período entre 2009 e 2017, a participação do crédito na constituição do PIB brasileiro cresceu 22,97% (BCB, 2017).

¹ O termo provisão refere-se a um passivo de prazo ou valor incertos. Em alguns países o termo provisão também é utilizado no contexto de alguns elementos patrimoniais registrados no ativo, tais como: depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC] 25, 2009).

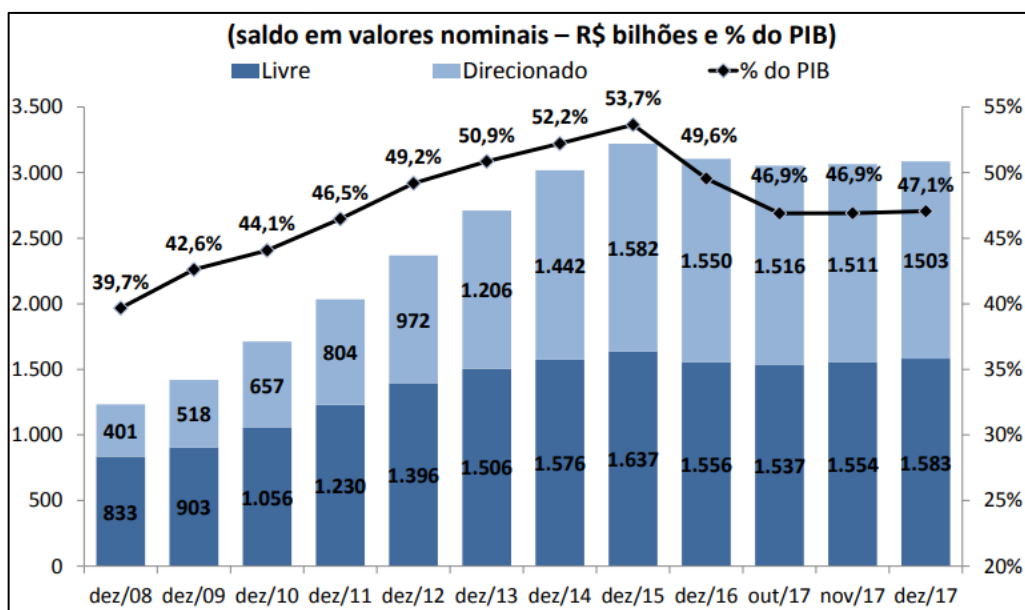


Figura 1 - Evolução da Composição do Crédito

Fonte: Brasil (2017).

Observa-se que o volume de créditos direcionados, ou seja, créditos que possuem finalidades específicas, aumentou 279%, enquanto que o volume de créditos em recursos livres aumentou 85% no mesmo período. Contudo, em comparação com países desenvolvidos, como por exemplo, Dinamarca e Japão, e até mesmo com países emergentes, como, por exemplo, África do Sul e China, o Brasil fica muito aquém do esperado na participação das concessões de crédito em relação ao PIB, e este cenário é justificado pelos altos *spreads* praticados pelos bancos e pelas taxas de juros altas que não acompanham as variações da taxa SELIC (DIEESE, 2014).

O desenvolvimento econômico de um país está diretamente relacionado à atividade bancária, pois a intermediação financeira torna mais eficaz a formação de capital, eleva os níveis de consumo, a produção de renda e incentiva a poupança individual, além de aumentar a eficiência da produção, pois os recursos tendem a ser aplicados em atividades que resultam em retornos privados (Rech, 2010). Na prática, o sistema financeiro torna viável a relação entre agentes carentes de recursos (deficitários) e agentes capazes de gerar poupança (superavitários) e, consequentemente, em condições de financiar o crescimento da economia (Assaf Neto, 2010).

2.2 Política Monetária Brasileira

Por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BCB), o Estado exerce a política monetária e busca o desenvolvimento econômico, atuando nas relações financeiras. O CMN define a política monetária a ser seguida, objetivando acelerar ou desacelerar a economia, e o Comitê de Política Monetária (COPOM) define a taxa de juros básica da economia (SELIC), considerada como um importante mecanismo de controle do crédito.

Em períodos de retração econômica, nos quais a oferta torna-se maior que a demanda, o governo costuma adotar uma política monetária expansionista, visando gerar liquidez e expandir a atividade econômica. Já em um cenário de inflação de demanda, o governo atua com políticas restritivas, retraindo a demanda agregada (consumo e investimento), e as atividades

econômicas, buscando reduzir a oferta de crédito e adequando o consumo e o investimento agregado à oferta monetária (Assaf Neto, 2010).

A condução da política monetária, assim como outras políticas que interferem na demanda agregada, afetam os níveis de preços, os níveis de atividade econômica, e a taxa de crescimento da economia. Por estas razões, a política monetária torna-se mais importante para influenciar o crescimento da economia do que a política fiscal (Carvalho, 2005).

Durante a crise subprime, o BCB regulou a taxa básica de juros, a fim de conter o descompasso entre a demanda e a oferta do período. Percebe-se que as autoridades monetárias de países emergentes flexibilizaram as suas políticas monetárias, seguindo o exemplo de países com economias mais “maduras” (Mesquita & Torós, 2010). Com taxas de juros mais baixas ocorreu um aumento nas contratações de crédito no Brasil, conforme ilustra a Figura 2 a seguir:

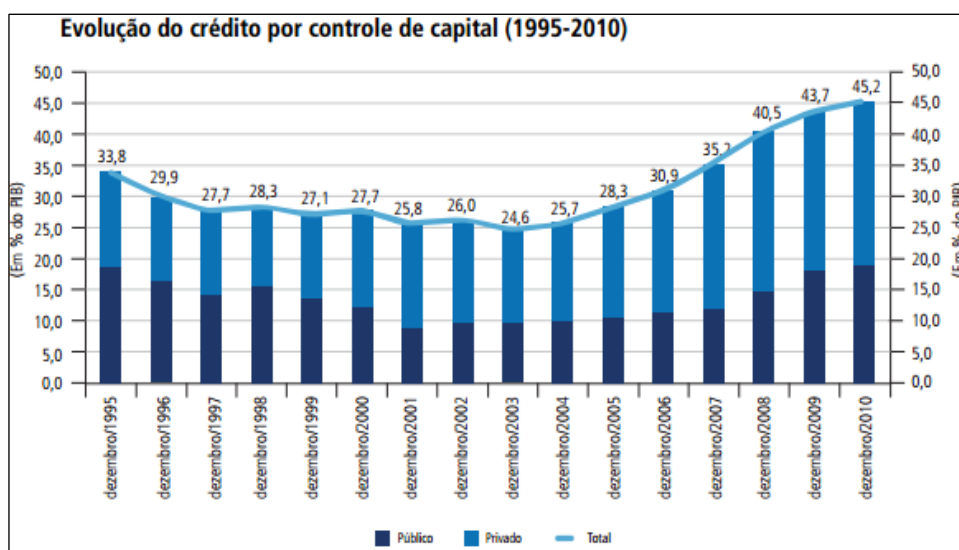


Figura 2 - Evolução do Crédito por Controle de Capital
Fonte: Brasil (2017).

Entre 1995 e 2006, a concessão de crédito das instituições financeiras não tem variação significativa, apresentando inclusive uma retração de 2,9 pontos percentuais. Porém, a partir do ano de 2006 observa-se um aumento de aproximadamente 5 pontos percentuais a cada ano, representando um aumento de 50% no período entre 2006 e 2010. Observa-se, ainda, que a partir do ano de 2008, os bancos públicos passam a ter maior crescimento, demonstrando que o governo brasileiro passou a incentivar o crédito no período, a fim de evitar uma retração econômica. Este crescimento fica mais evidente no período entre 2009 e 2016, conforme consta na Figura 3.

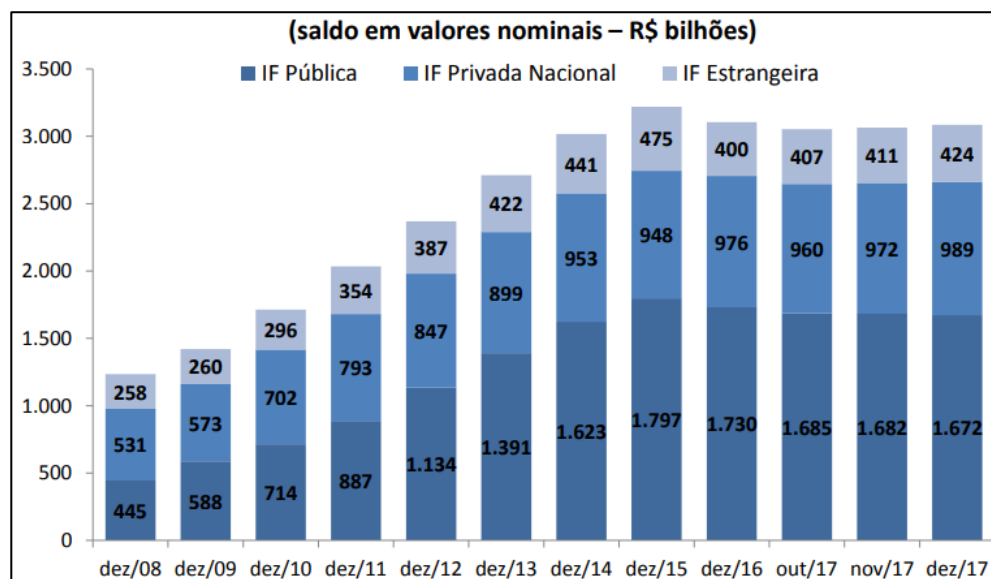


Figura 3 - Evolução do Crédito por Controle de Capital (2009 – 2016)

Fonte: Brasil (2017).

Enquanto os bancos públicos tiveram um aumento de 194% nas suas carteiras de crédito no período entre Dez/2009 e Dez/2016, os bancos privados tiveram um crescimento de apenas 71%. Ambos os percentuais de crescimento são significativos, contudo, o crescimento das carteiras de crédito dos bancos públicos, em especial, evidencia a estratégia expansionista adotada pelo governo nesse período.

2.3 Crédito e Análise de Crédito

Crédito é uma palavra de origem latina: *credere*, e significa acreditar, crença, confiança, fé no que alguém diz (Houaiss, 2001). O crédito pode ser classificado como público ou privado, dependendo da origem do tomador do recurso. Os gastos do governo, tanto de custeio, como de investimento, dão origem ao crédito público, que é obtido através da emissão de títulos e papéis, caracterizando obrigações com prazos e juros definidos. E o crédito privado é caracterizado pela necessidade de investimentos das empresas, de capital de giro e das pessoas físicas, que necessitam antecipar investimentos, consumos ou mesmo suprir necessidades imediatas de caixa (Securato, 2012).

Os recursos de crédito são importantes para a manutenção das atividades empresariais e para a realização de investimentos. A fim de realizar a gestão desses recursos de forma eficaz, os bancos necessitam obter informações confiáveis e tratá-las de forma competente, visando construir uma base sólida para uma decisão de crédito segura (Silva, 2008). Devido à evolução na gestão do risco de crédito, proveniente da expansão do mercado de capitais ao redor do mundo, as instituições vêm abandonando critérios subjetivos para analisar o risco de crédito. O foco de análise vem sendo direcionado a instrumentos mais eficazes, com a finalidade de suprir gestores, investidores e demais atuantes no mercado financeiro, para tomada de decisão com base em informações precisas e acuradas (Brito & Assaf Neto, 2005).

Teoricamente, a concessão de crédito é baseada em confiança. Como a confiança é um elemento necessário, mas não suficiente, dado o risco de inadimplência, a concessão de crédito deve ter alicerces para garantir que o cliente é merecedor da confiança do credor no pagamento da dívida (Rodrigues, 2012; Securato, 2012). Nas instituições financeiras, conceder crédito é alocar capital com uma promessa de pagamento futuro, por parte do cliente, do capital

emprestado mais os juros pelo período de utilização do dinheiro. Dessa forma, os juros cobrados pela utilização do bem ou valor emprestado, assim como o volume de crédito disponível estão diretamente relacionados com a qualidade da análise de crédito e dos níveis de inadimplência (Fortuna, 2010).

Captar e emprestar dinheiro caracterizam a atividade bancária de intermediação financeira. As captações de dinheiro junto aos depositantes representam as operações passivas de um banco, enquanto que, as operações ativas consistem em emprestar o dinheiro que captou. As operações de crédito são reconhecidas como a principal fonte de receita das instituições financeiras e contemplam, dentre outras opções: empréstimos, títulos descontados e financiamentos (Niyama & Amaro, 2012).

Rodrigues (2012) descreve que as análises de crédito se baseiam nos 5Cs do crédito com a finalidade de avaliar as variáveis que podem acarretar em inadimplência. Os 5Cs traduzem-se em uma das principais ferramentas no que diz respeito aos procedimentos disponíveis para a análise de crédito e exploram cinco dimensões-chave: caráter, capacidade, capital, condições e colateral. Alguns autores ainda incluem um sexto item, que é o conglomerado (Tzuru & Centra, 2009).

O Caráter considera a intenção de pagar uma obrigação e o contexto no qual o cliente está inserido, como por exemplo, nível de educação, desenvolvimento social do lugar onde ele reside, tempo de permanência no emprego, fontes de referência e etc. A Capacidade está relacionada à habilidade do cliente em pagar suas dívidas. Neste item a análise da pessoa física é feita através dos históricos de pagamentos. No que se refere à pessoa jurídica, analisam-se dados financeiros e a capacidade técnica dos gestores. O Capital contempla a potencialidade financeira do proponente de crédito, representada por sua posição patrimonial. O C Colateral refere-se ao montante e à qualidade das garantias (reais ou pessoais) que o cliente tem a oferecer. As garantias são mecanismos que serão acionados caso o cliente não cumpra com suas responsabilidades de pagamento. As Condições envolvem a análise macroeconômica de elementos que não dependem da vontade ou do controle do cliente, como, por exemplo, fatores econômicos ou climáticos. Por fim, o Conglomerado está relacionado ao grupo no qual o cliente está inserido ou cadeia produtiva, no caso das empresas, e à renda proveniente de mesma atividade ou junção das rendas para compor a capacidade de pagamento, no caso da pessoa física (Rodrigues, 2012; Silva, 2014; Arai, 2015).

2.4 Inadimplência

Inadimplência, de forma sucinta, refere-se à falta de cumprimento de uma obrigação. (Houaiss, 2001). Sabe-se que por mais preciso que seja o trabalho de análise de dados do tomador do crédito, o risco de inadimplência sempre estará presente nas operações de crédito. Mesmo assim, o processo de análise de crédito é um dos principais alicerces de qualquer empresa, no qual o trabalho do analista deve ser o mais preciso possível, identificando e mensurando os riscos envolvidos na negociação (Rodrigues, 2012).

A mensuração e o acompanhamento de indicadores contábeis e financeiros permitem avaliar em um determinado momento no tempo e de forma longitudinal, o comportamento do crédito bancário e o desempenho dos bancos. A literatura apresenta alguns indicadores que têm essa finalidade, dentre eles: o Índice de Inadimplência por Exposição – IIE; e o Índice de Inadimplência por Provisão – IIP (Annibal, 2009).

O Índice de Inadimplência por Exposição (IIE) é divulgado através do portal de dados abertos do BCB. O índice mede a razão entre o montante das operações com atrasos superiores a 90 dias e o saldo total das operações (Annibal, 2009).

Já o Índice de Inadimplência por Provisão (IIP) tem como base a Resolução nº 2682/1999, a qual descreve a classificação de risco de crédito que deve ser adotada pelos bancos, considerando a análise do tomador e as características da operação:

a) Análise do tomador: situação econômico financeira; grau de endividamento; capacidade de geração de resultados; administração e qualidade dos controles; pontualidade e atrasos de pagamentos; contingências; e setor de atividade econômica;

b) Análise das características da operação: natureza e finalidade do crédito; suficiência e liquidez das garantias; e valor tomado em relação à renda ou faturamento do tomador (BCB, 1999).

A Resolução 2682/1999 descreve ainda que:

Art. 4º “A classificação da operação nos níveis de risco de que trata o art. 1º deve ser revista, no mínimo:

I - Mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue”:

Tabela 1

Nível de provisionamento por tempo de atraso

Tempo de Atraso	Nível de Risco	Percentual de PDD
Entre 15 e 30 dias	Risco nível B, no mínimo	1%
Entre 31 e 60 dias	Risco nível C, no mínimo	3%
Entre 61 e 90 dias	Risco nível D, no mínimo	10%
Entre 91 e 120 dias	Risco nível E, no mínimo	30%
Entre 121 e 150 dias	Risco nível F, no mínimo	50%
Entre 151 e 180 dias	Risco nível G, no mínimo	70%
Acima de 180 dias	Risco nível H	100%

Fonte: BCB (2017).

Dessa forma, a constituição de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), que constitui uma despesa para os bancos, está relacionada aos critérios de análise de crédito e ao tempo de atraso no pagamento dos contratos. Na prática, quanto maior o tempo de atraso e o nível de risco identificado na análise de crédito, maior será a PDD.

2.5 O Impacto da Crise Subprime no Brasil

A literatura descreve que a crise subprime iniciou-se nos Estados Unidos no ano de 2008, embora sinais da elevada inadimplência no setor imobiliário norte americano já pudessem ser percebidos no segundo semestre do ano de 2007. Basicamente, os financiamentos (hipotecas) eram concedidos sem garantias suficientes, e em torno das hipotecas surgiu uma engrenagem financeira com títulos sobre títulos que funcionavam de forma desvinculada ao valor real dos bens de origem (Dulci, 2009).

Considerando os efeitos da crise supprime no contexto econômico mundial, algumas pesquisas analisaram o impacto da crise subprime nas empresas brasileiras, dentre elas pode-se citar o estudo de Costa et al., (2010). Costa et al., (2010) analisaram os efeitos da crise subprime no desempenho das empresas brasileiras de capital aberto de 15 diferentes setores, utilizando indicadores contábeis. Identificaram que um maior impacto na geração de resultados das empresas, considerando que houve uma redução significativa nos índices de rentabilidade (80% no Retorno sobre os Ativos [ROA] e 40% no Retorno sobre o Patrimônio Líquido [RSPL]).

Hall et al., (2013) também analisaram o impacto da crise subprime nas empresas brasileiras, tendo como amostra empresas do agronegócio com ações ofertadas na B3, e identificaram que as empresas sofreram um forte impacto nos indicadores de endividamento, liquidez, atividade e rentabilidade no ano de 2008, contudo apresentaram uma rápida recuperação nos anos seguintes. Lima et al., (2017) estudaram os reflexos da crise subprime nas empresas brasileiras de construção civil, através de indicadores contábil-financeiros de desempenho. Os autores descrevem que os indicadores apresentaram variações ao longo do período estudado (2010 a 2015), e que 2015 foi o ano em que as empresas estudadas sofreram um impacto mais significativo da crise, especialmente no que se refere ao aumento do endividamento, redução do resultado líquido e das taxas de retorno.

Por fim, Oliveira et al., (2018) pesquisaram o impacto da crise subprime na competitividade de 10 empresas do setor siderúrgico e metalúrgico listadas na B3. Os autores utilizaram indicadores contábil-financeiros disponíveis na base de dados Econômica e identificaram que seis das dez empresas estudadas foram impactadas negativamente pela crise subprime, atingiram um desempenho financeiro inferior e tornaram-se menos competitivas nesse contexto.

A partir do exposto percebe-se que as empresas brasileiras atuantes em diferentes setores sofreram o impacto da crise subprime no seu desempenho, justificando o questionamento sobre o impacto da referida crise no desempenho das instituições bancárias, objeto desta pesquisa. As pesquisas discutidas utilizaram indicadores contábeis, financeiros e de mercado, a fim de avaliar o impacto da crise, corroborando as evidências utilizadas nesta pesquisa, as quais são discutidas no próximo capítulo.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa tem natureza aplicada e utilizou evidências qualitativas e quantitativas sobre o desempenho dos bancos, além de dados sobre a conjuntura econômica brasileira no período de 2008 a 2016, a fim de descrever o impacto da crise supprime no desempenho dos cinco maiores bancos estabelecidos no Brasil.

O critério utilizado na definição da amostra da pesquisa consiste na identificação dos cinco maiores bancos estabelecidos no Brasil, utilizando o valor dos ativos totais no ano de 2016. Dessa forma, a amostra da pesquisa é composta pelos seguintes bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú-Unibanco, Banco Bradesco e Banco Santander (Salomão, 2016). Os cinco maiores bancos brasileiros foram selecionados como amostra da pesquisa por serem reconhecidos como empresas que exercem significativa influência na economia brasileira, pelos seus expressivos valores de mercado, lucros elevados, potencial de geração de empregos, entre outros aspectos. É importante mencionar que os cinco bancos selecionados representam 82,9% do Sistema Financeiro Nacional em termos de ativos totais e 85,9% em relação ao volume de depósitos totais (FEBRABAN, 2016). Nesse sentido, mesmo que os resultados obtidos não possam ser generalizados, pode-se dizer que eles representam uma parcela significativa do segmento bancário.

Alguns documentos foram utilizados no processo de coleta e análise dos dados, dentre eles: o Relatório IF Data, parametrizado com informações dos Conglomerados Financeiros e Instituições Independentes, disponibilizado pelo BCB; Demonstrações Contábeis; Relatórios Financeiros; e Relatórios de Administração, disponibilizados pelos bancos nos seus sites institucionais. Além de informações divulgadas por órgãos e instituições reconhecidas no mercado financeiro sobre o desempenho da economia durante o período contemplado pela pesquisa.

Para analisar o impacto da crise subprime no desempenho dos bancos, alguns indicadores contábeis e financeiros discutidos pela literatura e utilizados no mercado financeiro foram selecionados: volume das carteiras de crédito, índice de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), índice de inadimplência, ativo total e índices de rentabilidade (Lucro Líquido, Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido [TRPL] e Margem Líquida). De forma análoga, algumas pesquisas que buscaram analisar o impacto da crise subprime no desempenho de empresas brasileiras, discutidas na revisão da literatura, utilizaram indicadores contábeis e financeiros, a fim de analisar essa relação de causa e efeito (Costa et al., 2010; Hall et al., 2013; Lima et al., 2017; Oliveira et al., 2018).

Os resultados dos indicadores foram analisados e discutidos à luz dos fenômenos ocorridos no cenário econômico no período entre 2008 e 2016. Como os efeitos mais significativos da crise refletiram-se nos índices econômicos brasileiros nos anos de 2012 e 2013 (DIEESE, 2015), entende-se que o período de tempo contemplado na pesquisa permite observar a evolução do desempenho dos bancos nesse contexto, critério que está em consonância com o adotado por Lima et al., (2017).

Durante a análise e tratamento dos dados, as informações coletadas foram resumidas em tabelas e gráficos (figuras). Os dados foram analisados individualmente e de forma comparativa. As variações das carteiras de crédito de cada instituição foram analisadas, considerando se houveram concentrações em linhas de crédito específicas. As variações na PDD, no volume de inadimplência e de ativos totais foram mensuradas e apresentadas graficamente, a fim de facilitar a comparabilidade. Indicadores de rentabilidade foram mensurados e discutidos, permitindo analisar o desempenho obtido e sua evolução ao longo do tempo.

4 Resultados e Discussões

Neste capítulo discutem-se os resultados obtidos, iniciando pela evolução da carteira de crédito dos bancos. Posteriormente, apresentam-se os resultados segmentados pelos diferentes tipos de carteiras (pessoa física e pessoa jurídica), a evolução da PDD e da inadimplência no período contemplado na pesquisa. Por fim, discute-se o comportamento do volume de ativos totais e dos índices de rentabilidade no período entre 2008 e 2016.

4.1 Carteira de Crédito

Os cinco bancos apresentaram crescimento da carteira de crédito geral no período entre 2008 e 2016. Em 2012, o crescimento da carteira de crédito da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil foi bastante superior em relação aos demais bancos. Momento no qual a SELIC foi reduzida de 11% (2011) para 7,25% (2012). A Caixa Econômica Federal, destacou-se entre as cinco instituições, apresentando uma variação de 470,30% no volume da carteira de crédito no período entre 2009 e 2016, conforme demonstra a Figura 4 a seguir.

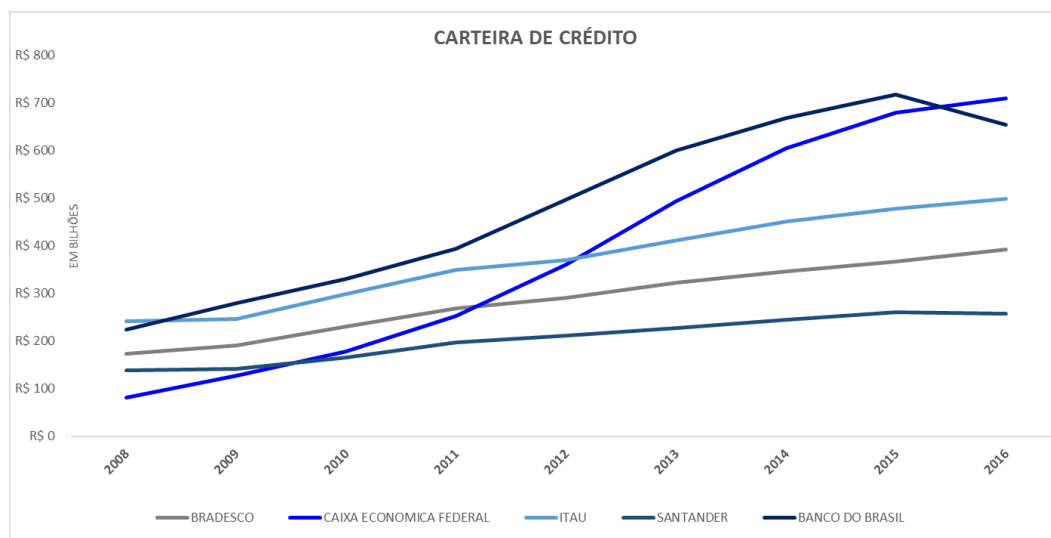


Figura 4 - Carteira de Crédito

Fonte: BCB (2017).

Essa variação reflete o incentivo do governo na expansão do crédito através dos bancos públicos, em especial, através da Caixa Econômica Federal, nos programas de aquisição de imóveis (Assaf Neto, 2010). No ano de 2008, a Caixa Econômica Federal detinha a menor carteira de crédito, e em 2016 atingiu o maior volume entre as instituições financeiras analisadas. A Tabela 2 a seguir, demonstra as variações anuais da carteira de crédito total dos cinco bancos analisados.

Tabela 2

Volume das Carteiras de Crédito

Carteiras de Crédito/Ano	Bradesco	Caixa Econômica Federal	Itaú-Unibanco	Santander	Banco do Brasil
2008	173.268.134	81.837.319	242.117.034	138.919.810	224.518.440
2009	190.970.749	126.576.443	246.752.720	141.459.616	279.960.275
2010	230.430.325	178.515.247	298.424.225	165.274.797	329.985.462
2011	268.496.436	252.890.299	349.368.064	197.054.307	393.303.663
2012	290.656.961	361.239.369	369.526.181	211.952.398	497.241.596
2013	322.615.977	494.237.081	412.149.086	227.350.030	601.103.432
2014	346.302.628	605.023.197	451.704.454	245.373.361	667.973.423
2015	367.015.821	679.486.587	477.943.045	260.651.540	717.878.714
2016	392.373.447	709.288.732	498.307.139	256.679.715	654.008.304

Fonte: BCB (2020).

Nos anos de 2013 e 2014, a Caixa Econômica Federal ultrapassou os valores de concessões de crédito dos bancos privados, tendo um valor inferior apenas em relação ao Banco

do Brasil. E, em 2016, destacou-se com a maior carteira de crédito entre os cinco bancos analisados.

A Figura 5 apresenta a soma da carteira de crédito das cinco instituições financeiras analisadas e o quanto cada instituição contribuiu nas concessões de crédito em cada ano. Observa-se que a Caixa Econômica Federal iniciou o período com participação de 10% na carteira de crédito total e ao final do período sua participação representa 28% do total. O volume de crédito dos bancos com controle estatal cresceu 18% no período em relação aos bancos privados, atingindo 54% do volume total.

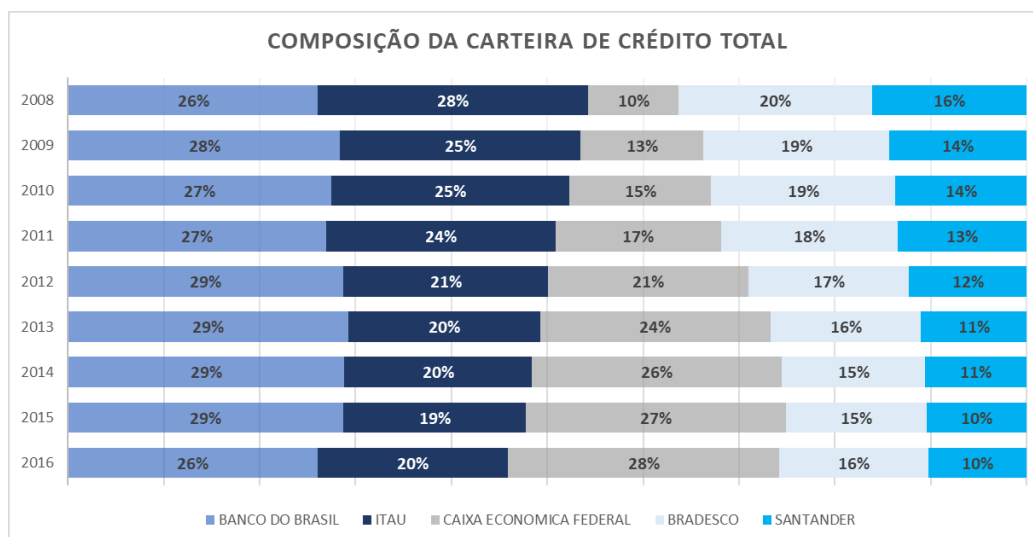


Figura 5: *Composição da Carteira de Crédito Total*

Fonte: BCB (2020).

Os dados demonstram que os bancos que contam com recursos públicos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, obtiveram crescimento da carteira de crédito total, superior ao crescimento dos três bancos privados. Esse resultado está alinhado à teoria, pois em períodos de crises econômicas os bancos públicos devem fomentar o crédito, procurando compensar a retração da oferta das demais instituições financeiras (Fortuna, 2010).

A carteira de crédito obteve uma média de 52% de participação no PIB brasileiro nos anos de 2014, 2015 e 2016, enaltecendo a importância econômica do crédito bancário na economia brasileira (FEBRABAN, 2016). Nesse sentido, Gonçalves da Silva (2014) descreve que a redução dos custos de intermediação financeira, ampliaram a oferta de crédito e contribuíram para a retomada da economia no período em que ocorreu a crise subprime.

4.2 Segmentação das Carteiras de Crédito

Nesta seção apresentam-se dados referentes às carteiras de crédito dos cinco bancos, segmentados em créditos concedidos às pessoas físicas e créditos concedidos às pessoas jurídicas. A carteira de crédito comercial foi considerada na coleta e no tratamento dos dados, com exceção da linha de crédito imobiliário, dada a concentração dessa linha de crédito no portfólio da Caixa Econômica Federal.

Os dados coletados demonstram um crescimento significativo da carteira de crédito comercial das cinco instituições analisadas. Os bancos com controle estatal obtiveram destaque neste quesito. A Figura 6 demonstra que a Caixa Econômica Federal teve um crescimento de 641%, e o Banco do Brasil teve um crescimento de 284% no período analisado.

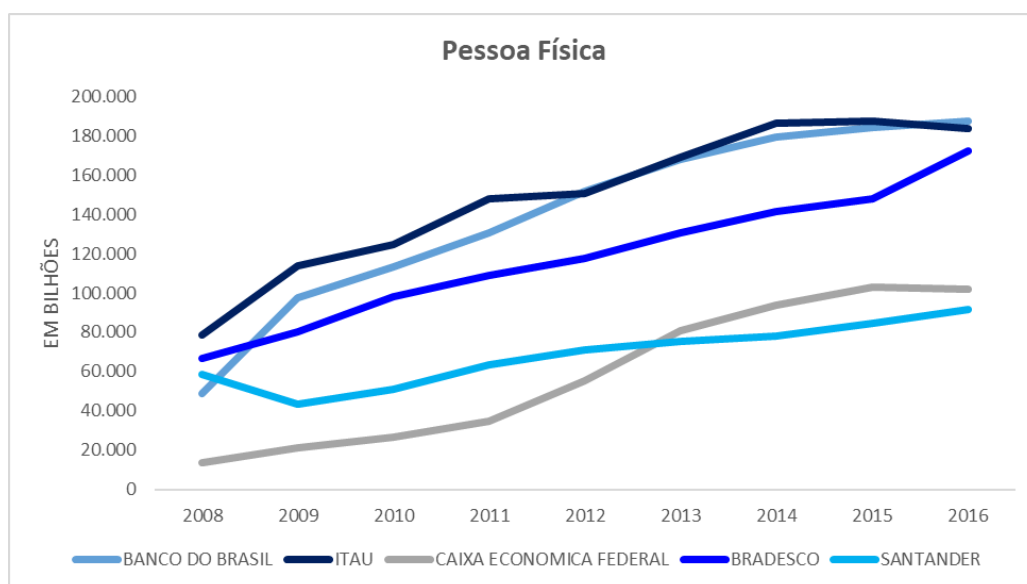


Figura 6: Carteira de Crédito da Pessoa Física

Fonte: Dados da pesquisa.

O crescimento da carteira de crédito do segmento pessoa física da Caixa Econômica Federal acentuou-se a partir de 2011, fato que se justifica pela redução das taxas de juros e pelo aumento da oferta de crédito. O crescimento apresentado, em um índice superior aos demais bancos, valida o exposto por Assaf Neto (2010), no que se refere à atuação desta instituição como órgão auxiliar do governo e que, portanto, coloca em prática a política monetária estabelecida.

No segmento das linhas de crédito para pessoas jurídicas as cinco instituições analisadas apresentaram crescimento da carteira de crédito. A Figura 7 demonstra que o Banco do Brasil e o Banco Bradesco obtiveram os resultados mais significativos.

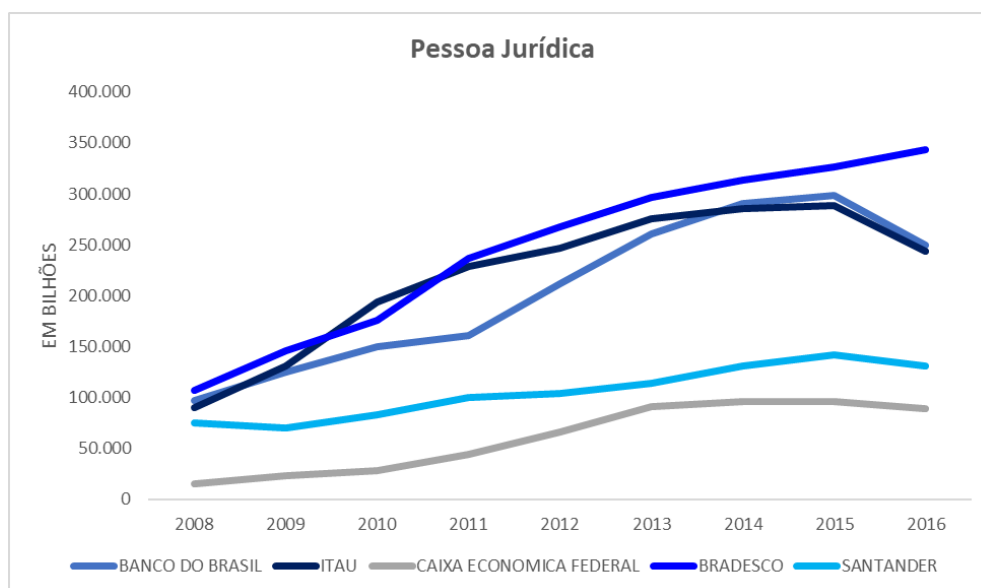


Figura 3 - Carteira de Crédito da Pessoa Jurídica

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível inferir que as concessões de crédito para Pessoa Jurídica (PJ) se intensificaram a partir do ano de 2010. A carteira de crédito PJ do banco Bradesco apresentou uma variação de 221% no período analisado, obtendo destaque em relação aos demais bancos. Em 2009 e 2010, o banco Bradesco apresentava a quarta colocação em volume de créditos concedidos às pessoas jurídicas, e a partir de 2011 passou para a primeira colocação.

A fim de complementar a discussão dos resultados, algumas informações sobre as linhas de crédito PJ dos bancos foram analisadas e os dados mais relevantes foram trazidos para discussão. Os dados evidenciaram que o Bradesco teve uma evolução de 577% na linha de crédito imobiliário no período entre 2008 e 2016. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, teve uma variação positiva de 490% na carteira de crédito destinada à Pessoa Jurídica neste mesmo período.

Em relação à carteira de crédito PJ do Banco do Brasil, as linhas de crédito que apresentaram as maiores variações no período analisado foram: cartão de crédito (406%); cheque especial (190%); e investimento PJ (135%), linha destinada à aquisição de bens e melhorias de empresas. Nos anos de 2013, 2014 e 2015, o Banco do Brasil apresentava a segunda maior carteira de crédito PJ entre as instituições analisadas, diferentemente do observado no ano subsequente.

4.3 Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Além da crise subprime, outros fatores macroeconômicos afetaram a liquidez dos bancos, principalmente no final do período contemplado nessa pesquisa. Nesse sentido, existia uma expectativa de que os bancos aumentassem a constituição de PDD por orientação do BCB, como resposta ao aumento da inadimplência, especialmente nos ramos que envolvem grandes grupos econômicos, afetados pela Operação Lava Jato, como o da construção civil, óleo e gás, e também devido ao grande número de pedidos de recuperação judicial de grandes empresas no ano de 2016 (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2017). Corroborando o esperado, identificou-se que os cinco bancos aumentaram o volume de PDD no período entre 2008 e 2016, conforme demonstra a Figura 8 a seguir:

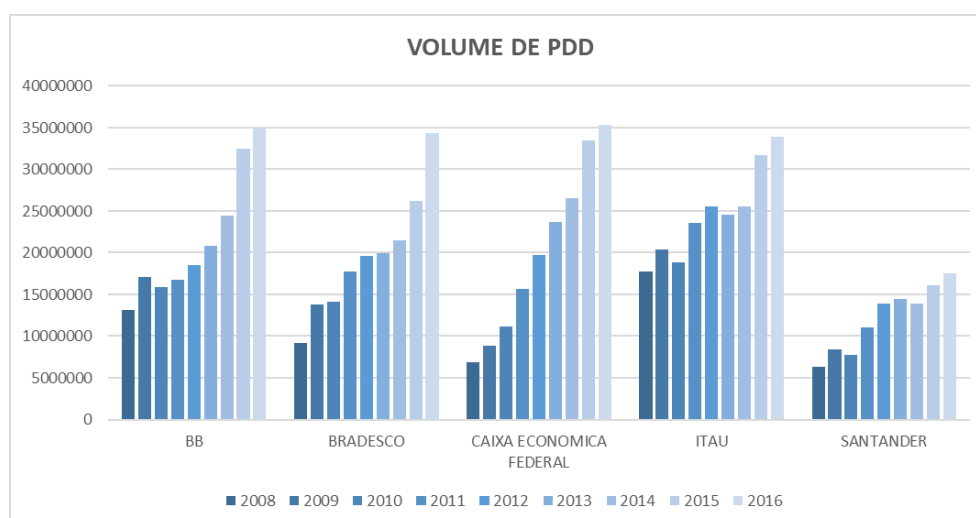


Figura 4 - Volume de PDD

Fonte: BCB (2020).

O aumento observado na constituição PDD sustenta a hipótese de que a crise subprime vivenciada no período elevou os índices de inadimplência, ocasionando maior aversão ao risco e fomentando a implementação de estratégias de prevenção para amenizar possíveis problemas de liquidez no setor bancário. Além de questões econômicas e políticas inerentes ao contexto brasileiro que podem ter influenciado nos valores observados, principalmente no período entre 2014 e 2016, conforme mencionado anteriormente.

Em relação aos valores registrados como PDD pelo Bradesco no ano de 2016, consta no Relatório de Análise Econômico e Financeira do referido banco, que o volume de provisões no ano foi impactado por três fatores: a) consolidação da aquisição do banco HSBC Brasil; b) aumento da inadimplência; e c) por um cliente corporativo específico (Bradesco, 2016).

A Figura 9 apresentada a seguir compara o comportamento dos cinco bancos quanto aos volumes de PDD anuais.

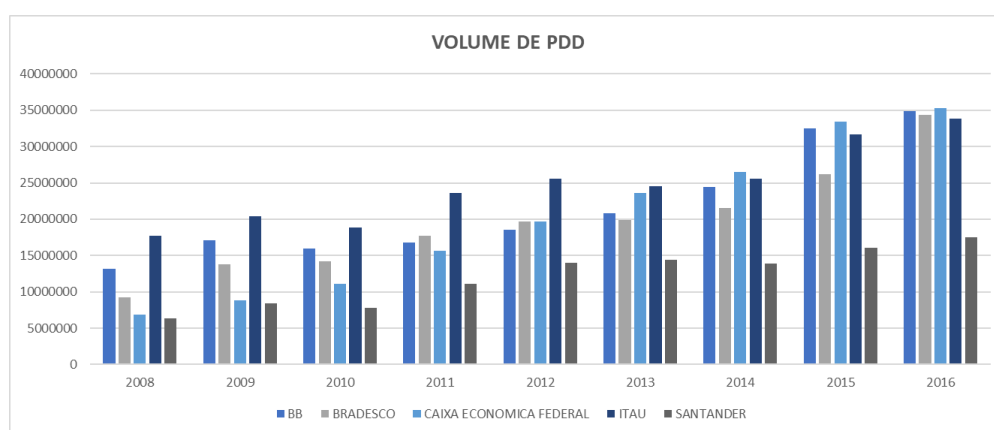


Figura 5 – *Volume Anual de PDD*

Fonte: BCB (2020).

O volume de PDD no ano de 2009 foi superior ao registrado no ano de 2008 em todos os bancos, o que denota o impacto da crise subprime no desempenho das instituições, dado que a PDD representa uma despesa que reduz o resultado dos bancos. Em geral, os aumentos de PDD registrados nos bancos nos anos de 2015 e 2016 foram justificados como uma estratégia conservadora em resposta ao aumento da inadimplência e à retração econômica (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2016).

É importante mencionar que a definição da PDD também contempla características específicas de cada instituição financeira, como a aquisição de outros bancos, a inadimplência de clientes específicos, assim como características de cada linha de crédito, no que se refere ao risco de inadimplência observado.

4.4 Inadimplência

O índice que mede a inadimplência dos créditos vencidos acima de 90 dias denominado: Inadimplência por Exposição (IIE), foi analisado em relação ao total da carteira de crédito. Foi possível identificar que os bancos privados apresentaram índices de inadimplência acima de 90 dias maiores do que os bancos públicos, em quase todo o período, com exceção dos anos de 2015 e 2016, período no qual os níveis de inadimplência foram semelhantes entre os bancos analisados.

Acredita-se que esse comportamento esteja relacionado às características das linhas de crédito, dado que os bancos públicos têm uma participação significativa das linhas de créditos

destinadas a investimentos em seus portfólios, as quais normalmente possuem garantias reais agregadas, que implicam na perda dos bens dados em garantia caso o devedor não honre os pagamentos.

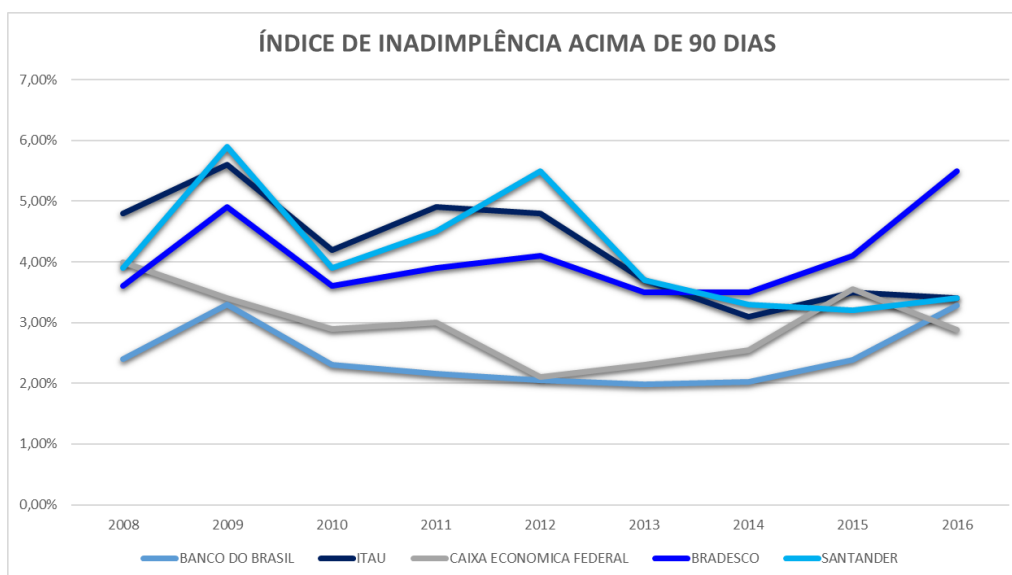


Figura 6 - Índice de Inadimplência acima de 90 dias

Fonte: Dados da pesquisa.

Os bancos que apresentaram os maiores índices de inadimplência no período foram Itaú, Santander e Bradesco, porém observa-se que as oscilações nos percentuais de inadimplência têm um comportamento semelhante nas cinco instituições analisadas. Apesar da característica dos bancos públicos, de manter um portfólio com linhas de crédito mais conservadoras, com recursos direcionados e crédito imobiliário, nos anos 2015 e 2016 ocorreram aumentos nos índices de inadimplência, os quais passaram a acompanhar os índices registrados pelos bancos privados. Os resultados obtidos indicam que a intervenção governamental, através da oferta de crédito bancário, não impactou em um aumento significativo dos índices de inadimplência, o que corrobora a pesquisa de Gonçalo da Silva, (2014).

4.5 Ativos Totais

No que se refere ao volume de ativos totais, os cinco bancos apresentaram crescimento no período, com destaque para o crescimento da Caixa Econômica Federal, que teve um aumento de 267%, conforme demonstra a Figura 11.

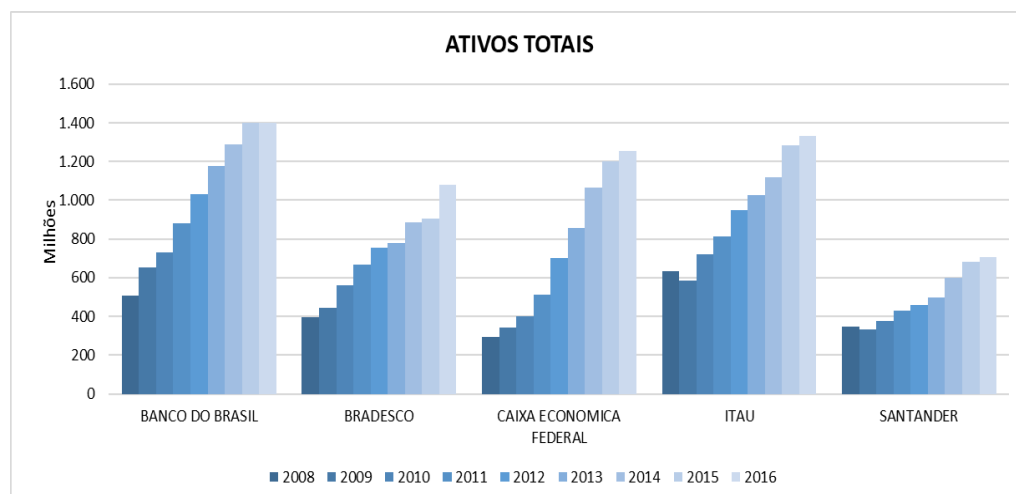


Figura 11 – Total de Ativos

Fonte: BCB (2020).

Em 2016, o Banco do Brasil liderou o *ranking* dos bancos em termos de ativos totais, seguido pelo banco Itaú, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. A teoria contábil descreve que os ativos totais representam a soma de bens e direitos de uma empresa e demonstram a habilidade de gerar resultados através da aplicação dos recursos, contudo há um menor grau de conversibilidade e maior risco dos ativos de um banco, em relação ao seu passivo. Essa característica está relacionada ao fato de que o passivo de um banco tem origem em depósitos correntes, enquanto os ativos caracteristicamente devem ser resgatados com data preestabelecida (Assaf Neto, 2015).

Dessa forma, os dados apresentados não podem ser analisados isoladamente para avaliar se o aumento nos ativos reflete a qualidade da gestão de recursos de cada instituição. Para complementar a análise dos dados, o indicador de participação dos empréstimos foi analisado e consta na Figura 12.

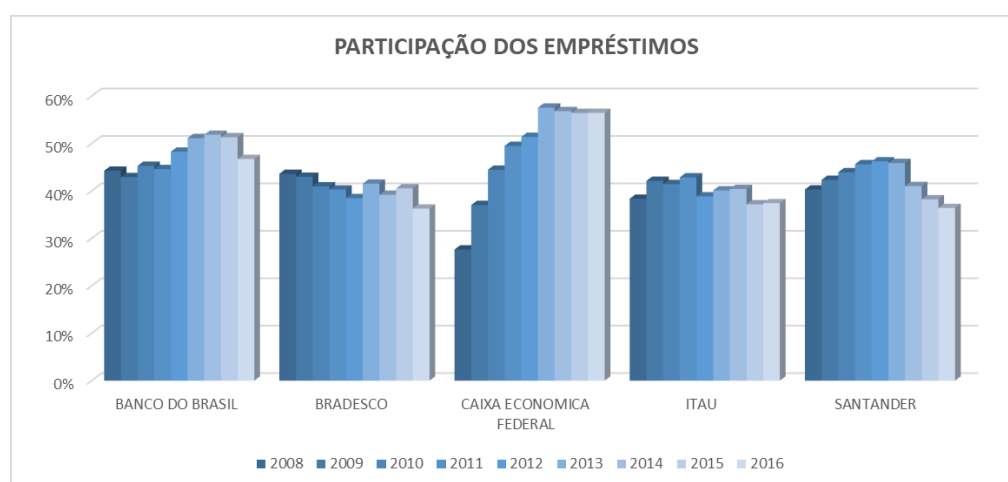


Figura 12 – Participação dos Empréstimos

Fonte: BCB (2020).

Verificou-se um aumento expressivo da participação dos empréstimos da Caixa Econômica Federal em relação aos seus ativos totais, principalmente a partir do ano de 2013. Em 2008, esse indicador representava 28% dos ativos da instituição e em 2016, aumentou para

56%. Essa característica reflete-se na redução da liquidez da instituição, mas também impacta positivamente no resultado operacional. As demais instituições analisadas apresentaram um índice médio de 40% de participação dos empréstimos em relação aos seus ativos no período contemplado nessa pesquisa.

4.6 Rentabilidade

O valor do lucro líquido dos bancos apresentou uma evolução positiva no período de 2008 a 2016, com exceção do Banco do Brasil. No ano de 2014, ocorreu um aumento significativo no lucro dos bancos privados, fato que pode ser atribuído à elevação de receitas decorrentes da intermediação financeira, cortes em despesas com pessoal, conservadorismo nas concessões de crédito e aplicação em títulos da dívida pública federal (DIEESE, 2015). O resultado dos bancos públicos em 2014, apresentou aumento em relação aos anos anteriores, porém em níveis inferiores aos registrados nos bancos privados. A Figura 13 apresenta a variação do lucro líquido de cada instituição.

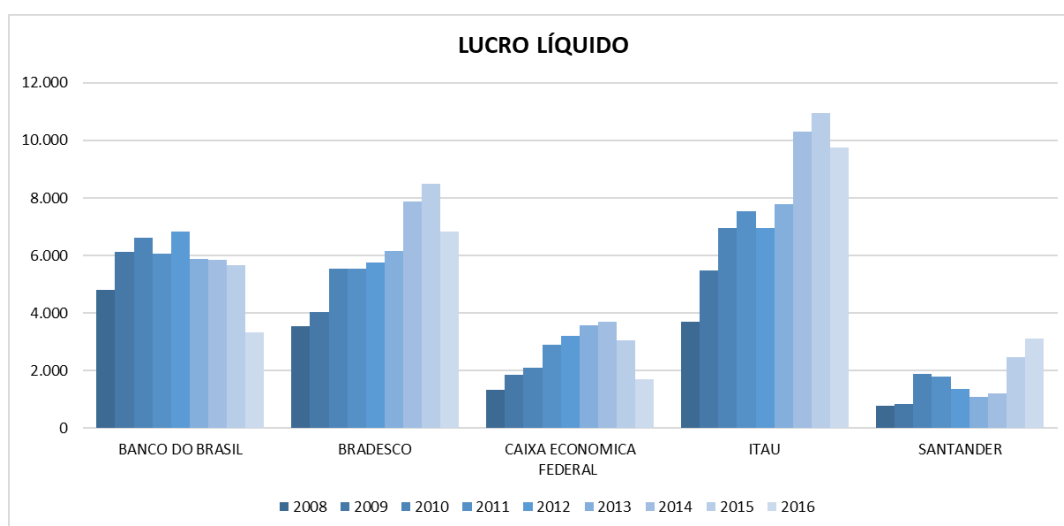


Figura 13 - *Variação do Lucro Líquido*

Fonte: BCB (2020).

No ano de 2015, os bancos Bradesco e Itaú apresentaram os maiores lucros da história do Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro. Além dos aspectos mencionados anteriormente em relação aos resultados obtidos em 2014, o aumento observado no ano de 2015 também está relacionado ao aumento da taxa SELIC e à utilização de créditos tributários (DIEESE, 2016).

No ano de 2016 ocorreu uma redução no lucro líquido, em relação aos resultados registrados em 2015, com exceção do banco Santander. Esta redução pode ser atribuída a não utilização de créditos tributários, diferentemente do que ocorreu no ano anterior, e também aos maiores níveis de PDD (DIEESE, 2017).

De acordo com as teorias de administração financeira, as empresas têm como objetivo principal a geração de riqueza e a remuneração do capital investido pelos acionistas. Quando há retração dos lucros da empresa, a remuneração do capital dos sócios normalmente fica comprometida, pois a necessidade de caixa da empresa prevalece (Assaf Neto, 2015; Wagner & Pires, 2020). A fim de observar a evolução do retorno sobre o capital investido pelos investidores, a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL) foi mensurada e indicou

uma redução no ano de 2016 para todos os bancos, com exceção do Banco Santander, conforme demonstrado na Figura 14.

Considerando a variação no período de 2008 a 2016, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal obtiveram maiores retornos em comparação às três instituições privadas. Destaca-se ainda, que o Banco do Brasil apresentou redução na TRPL nesse período, enquanto os bancos Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal apresentaram oscilações, concentrando os aumentos nos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015.

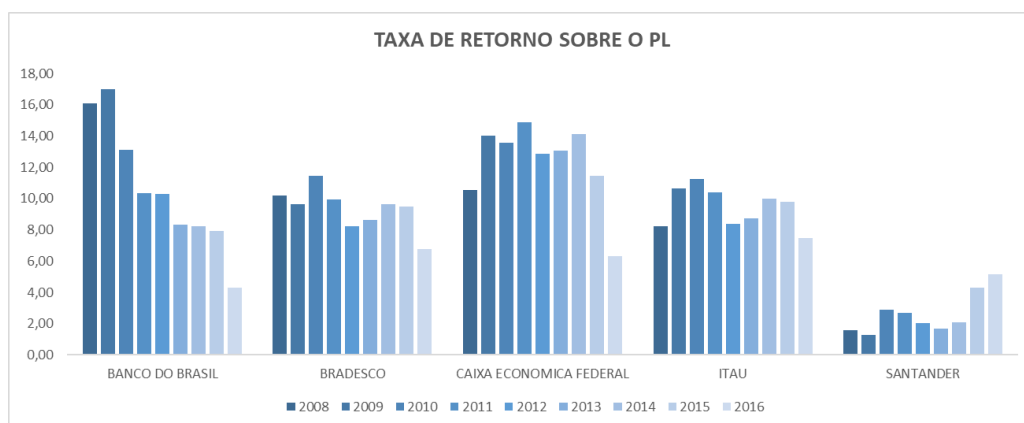


Figura 14 – Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL)

Fonte: BCB (2020).

Não há fatos destacados nos relatórios anuais que justifiquem estas oscilações, além daqueles já mencionados, em relação aos elevados níveis de PDD, retração econômica, aumento da inadimplência e variações da taxa SELIC, os quais geraram oscilações positivas ou negativas sobre o lucro líquido. De forma objetiva, as variações na TRPL decorrem do aumento significativo do saldo do Patrimônio Líquido destas instituições no período analisado, enquanto o lucro líquido teve um crescimento estável, conforme demonstra a Figura 15.

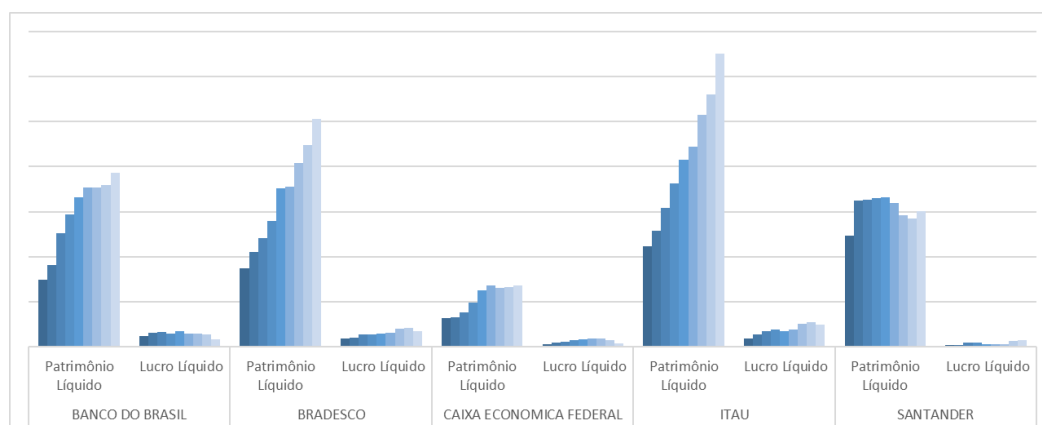


Figura 15 – Variações de Lucro Líquido e Patrimônio Líquido

Fonte: BCB (2020).

Ao analisar a margem líquida dos cinco bancos, observa-se, dentre outros aspectos, que o Banco do Brasil apresentou margem líquida bastante superior às demais instituições, em 2008, 2009 e 2010. Em 2011 e 2012, o indicador acompanhou os percentuais das demais instituições. E, no ano seguinte, a margem líquida do Banco do Brasil apresentou uma queda significativa. Isto posto, e considerando que houve uma estabilidade no lucro líquido da instituição no

período, este cenário pode indicar que as receitas de intermediação financeira foram afetadas pelas despesas com PDD. A Figura 16 ilustra a evolução da margem líquida no período.

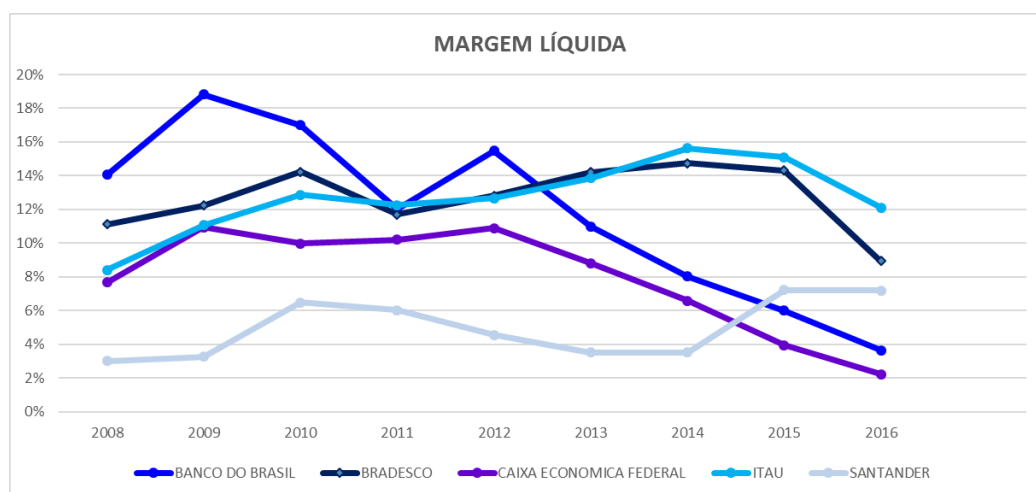


Figura 16 – Margem Líquida

Fonte: BCB (2020).

Foi possível observar que a oscilação do indicador margem líquida é semelhante para a maioria dos bancos. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal apresentaram queda do indicador nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. E com exceção do Santander, houve queda significativa da margem líquida de todas as instituições analisadas no ano de 2016.

Em síntese, os resultados obtidos permitem inferir que os bancos analisados expandiram suas carteiras de crédito, seus volumes de ativo e suas participações de mercado, como consequência, no período de 2008 a 2016. Embora os índices de inadimplência não tenham aumentado significativamente ao longo do tempo, os níveis de PDD sofreram uma evolução positiva em todo o período, evidenciando que a rentabilidade dos bancos poderia ter sido ainda maior, caso não houvesse uma aversão ao risco no mercado financeiro, devido à crise subprime. Essa constatação permite concluir que a crise subprime teve impacto negativo no desempenho dos bancos analisados, o que corrobora os achados de Costa et al., (2010); Hall et al., (2013); Lima et al., (2017) e Oliveira et al., (2018).

5 Considerações Finais

A crise subprime surgiu no ano de 2007, nos Estados Unidos, e gerou um cenário econômico instável com diversas consequências macroeconômicas, dentre elas: aumento da inadimplência, retração da atividade econômica, aumento nos índices de desemprego e instabilidade econômica. Teoricamente, a referida crise afetou a confiança dos investidores nas instituições financeiras, o que reduziu o volume dos seus investimentos, diminuindo a oferta de crédito. A retração da atividade econômica e o aumento nos índices de desemprego causaria uma redução na renda dos tomadores de crédito, o aumento da inadimplência e a redução do resultado (lucro) dos bancos (Dulci, 2009).

Considerando que a intervenção estatal e a utilização de diferentes instrumentos de política monetária implementados durante a crise podem ter afetado esse cenário, esta pesquisa buscou verificar o impacto da crise subprime no mercado financeiro brasileiro, analisando o desempenho dos cinco maiores bancos estabelecidos no Brasil (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander), no período entre 2008 e 2016. Para

atingir esse objetivo, o volume e a segmentação das carteiras de crédito e alguns indicadores contábeis foram analisados, como o comportamento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), a evolução da inadimplência, dos ativos totais e dos índices de rentabilidade dos bancos.

Foi possível identificar um aumento no volume das concessões de crédito, tendo como destaque o crescimento nas concessões de créditos dos bancos que têm controle estatal. A Caixa Econômica Federal teve maior concentração nas linhas de crédito destinadas à pessoa física, principalmente na linha de financiamento habitacional. Já a carteira de crédito destinada às pessoas jurídicas apresentou maior crescimento nos bancos Bradesco e Banco do Brasil, concentrando os maiores volumes de crédito na linha de capital de giro nas duas instituições, o que denota a importância dessas instituições na manutenção das atividades operacionais das empresas.

Em relação à constituição de PDD foi verificado um aumento expressivo nos valores reconhecidos como despesas nas cinco instituições analisadas em todo o período, evidenciando que a rentabilidade dos bancos poderia ter sido ainda maior, caso não houvesse uma aversão ao risco no mercado financeiro, devido à crise subprime. A inadimplência dos créditos em atraso acima de 90 dias sofreu variações durante todo o período, apresentando índices elevados nos cinco bancos no ano de 2009. Entre 2010 e 2013 o percentual de inadimplentes foi superior nos bancos Itaú Unibanco, Santander e Bradesco. Nos anos 2015 e 2016 as cinco instituições apresentaram aumento no índice de inadimplência acima de 90 dias.

Em relação ao volume de ativos totais, as cinco instituições apresentaram crescimento superior à 100% no período, em comparação ao volume registrado em 2008. O Bradesco e o Itaú Unibanco destacaram-se pelo lucro líquido obtido em 2014 e 2015, embora todas as instituições tenham aumentado seus lucros entre 2008 e 2015, e apresentaram redução em 2016, com exceção apenas do banco Santander. Com relação ao retorno sobre o patrimônio líquido, o Banco do Brasil apresentou redução da TRPL no período analisado. O banco Santander obteve crescimento nos anos 2015 e 2016. Já os bancos Itaú, Caixa Econômica Federal e Bradesco apresentam oscilação da TRPL em todo o período.

É possível concluir que a implementação de uma política monetária expansionista foi um fator preponderante para o aumento das carteiras de crédito dos cinco bancos analisados. A crise subprime afetou o desempenho dos bancos, como consequência das ações conservadoras adotadas, como o aumento dos percentuais de PDD, a fim de proteger-se de uma possível elevação do volume de inadimplência. Uma das principais contribuições dessa pesquisa encontra-se na discussão de dados empíricos sobre os efeitos da crise subprime nas principais instituições bancárias estabelecidas no Brasil, relacionando tais dados com pressupostos teóricos e informações macroeconômicas do período, avançando na compreensão do impacto da referida crise. Por fim, a pesquisa evidencia que instrumentos de política monetária e um Sistema Financeiro sólido podem atenuar os efeitos de uma crise financeira, mesmo em economias em desenvolvimento, como a brasileira.

A pesquisa apresenta algumas limitações, dentre elas a utilização de apenas cinco bancos estabelecidos no Brasil como amostra, embora tais instituições bancárias representem mais de 80% do Sistema Financeiro Nacional em termos de ativos totais e depósitos totais (FEBRABAN, 2016). O período contemplado pela pesquisa também pode ser considerado como uma limitação, visto que não abrange o período que antecede o início da crise subprime, mesmo que os efeitos mais significativos da crise tenham sido refletidos nos índices econômicos brasileiros apenas nos anos de 2012 e 2013 (DIEESE, 2015).

Atualmente, os bancos estão vivenciando um novo contexto competitivo, o qual demanda o surgimento de modelos de negócios baseados em tecnologias inovadoras, como aquelas oferecidas pelas Fintechs, cujas tecnologias têm influenciado o volume de

investimentos no Sistema Financeiro Nacional, fomentando um processo acelerado de transformação digital (BCB, 2019). Considerando a importância dos bancos no desenvolvimento econômico do país, seria importante investigar como a gestão das carteiras de crédito dos bancos tem sido afetada pela transformação digital. Ainda nesta linha, é oportuno discutir as características dos tomadores de crédito nesse novo contexto digital, os modelos utilizados atualmente na avaliação da concessão do crédito, as linhas de crédito mais contratadas, o volume de inadimplência e as ferramentas adotadas na construção de um relacionamento de longo prazo entre os bancos e os clientes.

Referências

- Annibal, C. A. (2009). Inadimplência do setor bancário brasileiro: uma avaliação de suas medidas. *Trabalhos para Discussão*, Brasília, DF, n. 192, p. 1-36.
- Arai, C. (2015). *Análise de crédito e risco*. São Paulo: Pearson Education do Brasil. Livro eletrônico.
- Assaf Neto, A. (2010). *Mercado financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- Assaf Neto, A. (2015). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos* (11. ed). São Paulo: Editora Atlas.
- BCB. (1999). *Resolução 2.682/1999*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf. Acesso em 25 de abril de 2020.
- BCB. (2017). *Relatório de Estabilidade Financeira*, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 05-69. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2017_10/refPub.pdf. Acesso em 18 de maio de 2020.
- BCB. (2019). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília, DF, v. 18, n. 2. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201910/RELESTAB201910-refPub.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2020.
- BCB. (2020). *IF.data*. Disponível em: www3.bcb.gov.br/ifdata/. Acesso em 18 de maio de 2020.
- Borça Júnior, G. R., & Torres Filho, E. T. (2008). Analisando a crise do subprime. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159.
- Bradesco. (2016). *Relações com Investidores*. Disponível em: <https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Uploads/Arquivos/Relatorios/166/166_1_preserelease%204T16.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.
- BRASIL. (2017). *Operações de crédito no Brasil: 29 de março de 2017*. Ministério da Fazenda. Secretária de Política Econômica. Brasília, DF, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/juros->

e-credito/2018/informativo-economico-mapa-do-credito-de-dezembro-17/view. Acesso em 20 de maio de 2020.

Brito, G. A. S., & Assaf Neto, A. (2008). Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 18-29. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100003>

Carvalho, F. J. C. de. (2005). Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 323-336, out./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572005000400001>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25. *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em 28 de maio de 2021.

Costa, D. M. D., Ramos, K. S., Eufrásio, G. B., Estevão, J. A., & Azevedo, D. M. C. (2010). *Os efeitos da crise do mercado imobiliário americano subprime sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas de capital aberto no Brasil*. XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte - MG, Brasil, 3 a 5 de novembro de 2010. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/639/639>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2014). *Desempenho dos bancos 2014: fraco crescimento do crédito, corte de postos de trabalho e elevação nos resultados de tesouraria são os destaques de 2014 nos maiores bancos do país*. São Paulo. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.html>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2015). *Desempenho dos bancos 2015: bancos freiam crédito, reduzem agências e cortam postos de trabalho, mas lucros seguem elevados*. São Paulo. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.html>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2016). *Desempenho dos bancos 2016: Lucros permanecem elevados, mas bancos promovem intensa reestruturação*. São Paulo. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/desempenhoDosBancos2016.html>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2017). *Desempenho dos bancos 2017: Lucros dos 5 maiores bancos do país batem recordes em ano difícil para a economia brasileira*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2018/desempenhoDosBancos2017.html>. Acesso em 25 de maio de 2021.

De Paula, L. F. de, & Ferrari Filho, F. (2011). Desdobramentos da crise financeira internacional. *Rev. Econ. Polit.*, v.31, n°.2, p. 315-335. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200009>.

Dulci, O. S. (2009). Economia e Política na Crise Global. *Revista Estudos Avançados*, v. 23, n°. 65, p. 105-119. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10441/12167>.

FEBRABAN. (2016). *Painel Econômico e Financeiro*. 2. ed. Dez/2016. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/-L06_painel_port.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

Ferraz, F. C. (2013). *Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2015/01/ferraz-fernando-cardoso-ferraz-crise-financeira-global-impactos-na-economia-brasileira.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2020.

Fortuna, E. (2010). *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 17. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Gonçalo da Silva, A. (2014). *O comportamento dos indicadores de crédito no Brasil entre 2011 e 2014*. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, 2014.

Hall, R. J., Beck, F., & Toledo Filho, J. R. (2013). Análise do impacto da crise subprime nas empresas do agronegócio listadas na BM&F Bovespa. *Custos e Agronegócio on line*, v. 9, n°. 1, Jan/Mar. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v9/Subprime.pdf>

Houaiss, Antônio. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.

Lima, S. M., Oliveira, M. E. L., & Rodrigues, M. S. (2017). A Crise e o Desempenho Econômico Financeiro das Empresas da Construção Civil. *Revista Gestão em Análise*, v.6, n°. ½, p. 196-210. doi:10.12662/2359-618xregea.v6i1/2.p196-210.2017

Mesquita, M., & Torós, M. (2010). Considerações sobre a atuação do Banco Central na crise de 2008. *Trabalhos para Discussão*, Brasília, DF, n. 202, p. 1-39. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps202.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

Niyama, J. K., & Gomes, A. L. O. (2012). *Contabilidade das instituições financeiras*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Oliveira, C. V. C., Hall, R. J., Viana, J. J. S., & Silva, T. B. J. S. (2018). *Impacto da Crise Subprime na Competitividade do Setor Siderúrgico-Metalúrgico Listado na B3*. Congresso Internacional de Administração, 13 a 17 de Agosto de 2018, Sucre, Bolívia. Disponível em: https://admpg2018.com.br/anais/2018/arquivos/05022018_210551_5aea5bbf1abca.pdf

Rech, C. H. B. (2010). *Estrutura e funcionamento do sistema financeiro nacional: do escambo ao acordo de Basileia*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS. Livro eletrônico.

Rodrigues, C. M. (2012). *Análise de crédito e risco*. Curitiba: InterSaberes (Série gestão financeira). Livro eletrônico.

Ruppelt, M., Missaglia, A. B., Santos, B. M., & Silveira, F. (2018). Análise da crise do Subprime e os derivativos de crédito nos Estados Unidos da América. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, v. 7, nº. 13, p. 1-29, 2018.
<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.4342>

Salomão, K. (2016). *Os 20 maiores bancos do Brasil em valor de ativos*. Exame, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/os-20-maiores-bancos-do-brasil-em-valor-de-ativos/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

Securato, J. R. (2012). *Crédito: análise e avaliação do risco: pessoas físicas e jurídicas*. 2. ed. São Paulo: Saint Paul.

Silva, C. (2010). Uma breve análise do contágio da crise subprime americana para a economia brasileira. *A Economia Em Revista - AERE*, v. 18 nº. 1, p. 123-137. <https://doi.org/10.4025/aere.v18i1.12942>

Silva, J. P. (2008). *Gestão e Análise de Risco de Crédito*. 6ª edição. São Paulo: Atlas.

Silva, J. P. (2014). *Gestão e análise de risco de crédito*. 8. ed. Adaptada à Nova Lei de Recuperação e Falências. São Paulo: Atlas.

Tzuru, S. K., & Centa, S. A. (2009). *Crédito no varejo para pessoas físicas e jurídicas*. 2. ed. Curitiba: Ibplex.

Vizi, B. (2011). *Depois da crise - Desafios faz uma retrospectiva, revendo os impactos, os canais de transmissão, e as consequências da turbulência que modificou, e ainda modifica, a economia global*. Desafios do Desenvolvimento, Brasília, DF, ano 8, ed. 34, 10 fev. 2011. Disponível em:
http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1407&catid=42&Itemid=40. Acesso em 18 de maio de 2020.

Wagner, A. U., & Pires, V. M. (2020). Utilização de Métodos Formais para Avaliação de Investimentos: Um Estudo com Empresas Gaúchas do Setor Automotivo. *Revista Razão Contábil & Finanças*, v. 11, n. 1, jan-jun. Disponível em:
<http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/254/260>.